

EDUCAÇÃO E ALIENAÇÃO EM MARX: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA PENSAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

João Carlos da Silvaⁱ
UNIOESTE, Cascavel, PR

RESUMO: A educação, em Marx, não teve um tratamento específico, devendo ser compreendido no conjunto de suas idéias. Pretendemos pontuar algumas questões acerca das idéias econômicas de Marx e seus desdobramentos no campo educacional, a partir de dois textos principais: *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* e *Crítica da Educação e do Ensino*. A partir de uma abordagem histórica, visa discutir o conceito de alienação e suas conseqüências no campo educacional. A idéia de alienação consiste em um mundo do fetiche, do manipulado, da falsa realidade e da aparência, em contraposição ao mundo da essência. Nesta relação, o processo de ensino-aprendizagem não esteve alheio.

Palavras-Chave: Capitalismo. Alienação. Educação. Economia política

EDUCATION AND SEPARATION IN MARX: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONTRIBUTION TO THINK EDUCATION HISTORY

ABSTRACT: Educational issue, in Marx, did not have a specific treatment, thus it should be understood in the set of its ideas. Our objective was to point out some issues referring to economic relations and their dissection in the educational field from two main writings: Philosophical and Economical Manuscript from 1844, and Critic of Teaching and Education. From a historical approach, this paper objective is discussing the alienation concept and its consequences in the educational field, and approaching the role of the teachers and students. Alienation produces a world of fetish, of the handled, a false reality and appearance, in contrast to the world of essence. In this context, the teaching-learning process was not absent.

Key-words: Capitalism. Alienation. Education. Political Economy

Introdução

A questão da alienação ocupou importante espaço no conjunto das idéias de Marx, sobretudo a partir da formulação do método do materialismo histórico, ao explicitar as transformações sociais ocorridas ao longo da história. Fruto de décadas de estudos, as idéias de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), produziram um profundo impacto nos mais diferentes setores da atividade humana ao longo do século XX. É certo que ambos partiram das formulações das principais correntes de pensamento de sua época, especialmente da economia política, a partir de Adam Smith e David Ricardo, do socialismo utópico de Fourier, Saint Simon, Owen e Cabet, da dialética de Hegel e da filosofia materialista de Ludwig Feuerbach.

Neste artigo objetivamos discutir a idéia de alienação a partir de dois importantes textos: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844 e sua e *Crítica da Educação e do Ensino*. Inicialmente iremos tratar sobre a formulação da idéia de alienação, questão

aprofundada por Marx, em contraposição as teses da economia política, para então compreender seus reflexos no campo educacional. Não pretendemos responder a todas estas indagações, mas, na condição de professor de História da Educação no Brasil, buscamos referenciais na historiografia e seus reflexos na contemporaneidade, no sentido de compreender os desafios colocados aos profissionais da área, na atualidade.

Os Manuscritos e a Economia Política

Marx desenvolveu sua concepção materialista da história, afirmando que o modo de produção material de uma sociedade constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Foi nos *Manuscritos*, que Marx fez suas primeiras incursões no tratamento da economia, tendo por base os termos e categorias elaboradas pela economia política clássica, especialmente a partir de Adam Smith, como: o lucro, harmonia social, divisão do trabalho, propriedade privada, mas, com outros propósitos. Adotando, como eixo da análise, a contradição entre propriedade privada e trabalho, Marx conclui que a economia política toma inteiramente partido em favor da propriedade privada, considerando que a idéia de trabalho, formulada pela economia clássica não é o trabalho em geral, mas o trabalho alienado, isto é, o trabalho submetido ao capital, que “Instituiu uma guerra entre os homens: a guerra pela concorrência” (MARX, 1982 p.78). Concordando com Florestan Fernandes (1989, p. 119), Marx, nos manuscritos “retirou o método da economia política do reino da mistificação e da fetichização” iniciando o processo da inversão da dialética hegeliana, ao desvendar as origens da propriedade privada, do trabalho alienado, suas causas e efeitos.

Adam Smith (1723-1790) em *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), descreve detalhadamente a divisão do trabalho, considerando a cooperação, a liberdade econômica, a concorrência e a divisão do trabalho, inatas no indivíduo, como molas propulsoras do progresso. David Ricardo (1772-1823), nos *Princípios da Economia Política e de Tributação* indica, a necessidade de formulação de regras para o comportamento do sistema econômico, visando garantir a taxa de lucros para o produtor, crescimento do país e salários justos. Em Thomas Robert Malthus (1766-1834), por sua vez, no *Ensaio sobre o Princípio da População*, formulando a *lei da população*, enfatiza a necessidade do controle da explosão populacional e suas repercussões na qualidade do consumo. John Stuart Mill (1806-1873), em *Princípios da Economia Política*, finalmente aponta a necessidade de uma intervenção estatal na regulação das leis de mercado.

Sobre a obra

Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*ⁱⁱ de 1844 estão divididos em três partes principais. No primeiro, refere-se ao salário do trabalho, lucro do capital, renda da terra, e trabalho alienado. No segundo, privilegia a discussão acerca da propriedade privada. Finalmente no terceiro, aborda as relações entre propriedade privada e trabalho, propriedade privada e comunismo e dinheiro, encerrando com a crítica da dialética e da filosofia de Hegel e a fenomenologiaⁱⁱⁱ. Tomando como ponto de partida a linguagem e categorias da economia política clássica, como propriedade privada, separação do trabalho, capital, renda, terra, Marx examina esses conceitos e suas conseqüências, na compreensão das relações econômicas, sociais e políticas entre as classes. O procedimento de Marx foi refazer a análise destes conceitos, procurando as relações entre homem-natureza, homem-sociedade e homem-ciência e a indústria emergente, esclarecimentos essenciais para demonstrar os equívocos metodológicos do idealismo.

Nos manuscritos, Marx inicia seus estudos macroeconômicos de Marx, partindo da seguinte tese: Para compreender o desenvolvimento histórico da sociedade humana, não é o Estado, como dizia Hegel, ponto de partida, mas a sociedade burguesa, a economia política, a ciência da sociedade burguesa. Diferente da concepção da economia política clássica, o capitalismo, segundo Marx, não consiste em uma coisa, um conjunto de máquinas, equipamentos ou terras, mas é uma relação social constituída historicamente, caracterizada pela compra e venda da força de trabalho, uma relação entre proprietários dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho. Nesta relação, o homem tornou-se uma mercadoria, pois “A máquina adapta-se a fraqueza do homem para fazê-lo uma máquina” (p.151).

A questão da alienação

Marx desenvolveu sua análise sobre a dinâmica do capitalismo formulando um aspecto de natureza filosófica ao falar da "alienação", do "fetichismo da mercadoria" e da "reificação". O capitalismo produz a alienação do homem afastando-se de si mesmo e dos outros homens na medida em que seu corpo, seu espírito, e seus amigos lhe são afastados. Durante todo o dia são trabalhadores, porém não têm clareza do que fazem ao se depararem com as mercadorias produzidas. As mercadorias não lhes aparecem como objetos feitos por eles, mas sim na forma de *mercadoria*, pois no mercado elas ganham vida própria, e eles, os trabalhadores, se tornam objetos que seguem as regras do mercado. Se não as consumirem não existem são "excluídos do mercado".

Segundo a noção marxista de realidade concreta, a realidade das coisas não se apresenta imediatamente ao homem tal qual elas são. Karel Kosik (1986), em *Dialética do concreto*, denomina este fenômeno como pseudoconcreticidade, fenômeno que mostra parcialmente a realidade, escondendo nela, uma essência a ser desvendada, portanto “[...] pesquisar o fenômeno é desvendar a essência oculta” (Kosik,p.13). Nesta perspectiva, para Marx, a relação entre os homens produtores, que se estabelece no "capitalismo", resume-se em uma *relação social* entre produtores. Tal relação não aparece dessa forma, mas é vista como uma relação em que os produtores não existem e a relação se dá entre os produtos de seus trabalhos. Nesta relação entre coisas, aparece aos olhos de todos no "capitalismo" como uma relação de entes, quase que uma relação social entre entes vivos, chamada de "fetichismo da mercadoria", em que cada produto do trabalho humano é fetichizado, ganha vida e se põe diante do seu produtor^{iv}.

Marx inicia sua análise apontando a alienação como o fato econômico principal de sua época, a partir da seguinte questão:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (Manuscritos Econômico-Filosóficos, P.111).

O termo *alienação* advém do pensamento de Hegel, mas sua raiz também está em Ludwig Feuerbach, que formulou uma teoria do paradoxo da alienação humana a partir da

religião. Em Hegel, este é um processo essencial pelo qual a consciência é ingênua e acaba se convencendo de que há um mundo independente, teoria desenvolvida na obra *Fenomenologia do Espírito* (1807).

A alienação em Marx é entendida como a relação contraditória do trabalhador com o produto de seu trabalho e a relação do trabalhador ao ato de produção, um processo de objetivação, tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive: “A apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação” (Marx, 2002, p.122). Ele não pertence à natureza, aos deuses, mas a alguém distinto do trabalhador, ou seja, ao capitalista. O trabalhador ao fabricar uma mercadoria, ele se torna uma, reduzindo-o em instrumento de riqueza de outros homens. O homem, ao produzir uma mercadoria, ele mesmo se torna uma mercadoria, reduzindo-o a uma coisa.

Concordando com a economia política, reafirma o trabalho como fundamento de toda a riqueza e de toda a propriedade, porém se realiza na sua forma alienada, isto é, no regime da propriedade privada: “O trabalho é tratado pela economia política como uma coisa, uma abstração” (idem, p. 77). A alienação do trabalho é considerada como a mãe de todas as outras alienações cabendo ao homem passar do entendimento de alienação para o entendimento de práxis. Portanto, a propriedade privada é fruto do trabalho alienado.

O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém agora ele já não lhe pertence mas sim ao objeto. Quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra objeto. Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído. Quanto mais valor o trabalhador cria, mais sem valor e mais desprezível se torna. Quanto mais refinado é o produto mais desfigurado o trabalhador (idem, 2002 p. 112).

A sociedade burguesa, causa e consequência do trabalho alienado, aparece como a ordem da desumanização e da alienação, pois está fundamentada na defesa exclusiva da propriedade privada. As relações humanas tornaram-se relação entre coisas, entre mercadorias: “A propriedade torna para si um objeto estranho e não-humano” (p. 141). A busca do lucro, a concorrência, a disputa como os únicos elos que ligam os homens. Segundo Marx, a partir de uma determinação do próprio sistema cuja dinâmica cria condições para a sua manutenção. Marx inverte a dialética hegeliana, indicando que o verdadeiro motor da história não pode ser as idéias ou as teorias, mas a atividade humana objetiva, isto é, o trabalho. Esta tese marca o seu rompimento definitivo com o idealismo, culminando com a publicação da *Ideologia Alemã* (1845).

O trabalhador sempre sai perdendo em sua relação com o capitalista, em todas as situações possíveis e imagináveis do ponto de vista da economia como o crescimento, o salário, a produção, etc. MARX (2002), considera que “A propriedade privada tornou-nos estúpidos e parciais, alienando todos os nossos sentidos, na busca do ter”. A concorrência é a lei causadora da miséria da concentração de capitais e da ruína dos pequenos capitalistas. “O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém agora ele já não lhe pertence mas sim ao objeto. Quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra objeto. Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído” (idem p. 112).

A análise desse sistema forjadora de consciência explicita a condução de um modelo econômico que começava a ser questionado em função de suas contradições, como a estratificação social, a má distribuição de riquezas, a exploração e os demais fatores que objetificam o trabalho e alienam o homem de si mesmo, no que Marx chamou de processo de auto-alienação humana. Vejamos:

Toda a auto-alienação do homem de si e da natureza aparece na relação que ele confere a si e à natureza com outros homens diferentes dele. Dai que a auto-alienação religiosa apareça necessariamente na relação do leigo com o sacerdote ou também, já que aqui se trata do mundo intelectual como um mediador, etc. No mundo efetivo, prático a auto-alienação só pode aparecer através da relação efetivamente real, prática com outros homens”(MARX, 2002, p. 160).

Educação e alienação

Vimos que o processo de alienação tem sua origem, em Marx na divisão do trabalho, que se desenvolve quanto menor é a tarefa atribuída a cada indivíduo. É a partir desta perspectiva que a especialização do trabalho realizado pelo professor e aluno pode ser compreendida. Como vimos, a divisão do trabalho surge na sociedade como parte de um complexo que inclui divisões de classes, trocas e propriedade privada. A alienação aparece sempre que a divisão do trabalho é o princípio operacional da organização econômica. Diante desta análise, podemos afirmar que a escola se caracteriza como uma fábrica? Se a afirmação for verdadeira, quais os produtos realizados no espaço escolar que podem comprovar tal afirmação? Para encontrarmos tais evidências, partimos de duas dimensões principais: o professor e o aluno.

Nesta lógica, o professor, um trabalhador comum, cujos produtos são, num sentido, seus alunos mas na situação em que trabalha, o que faz simplesmente afirma o caráter desses alunos como produtos capitalistas. As relações sociais do aluno e professor são, assim, correlacionadas internamente, havendo uma contradição inerente no caso, porque um professor não é apenas um produtor, mas também um empregado daqueles que desejam *reproduzir* a sociedade, isto é seu *status quo*. Alguns professores se consideram como membros da burguesia, mesmo os professores que se consideram como proletários podem envolver-se em ações que são contrárias aos seus interesses. Talvez seja devido a esse tipo de contradições que a situação de sala de aula é vista, com frequência, como de conflito. Vejamos:

Vê-se o que a burguesia e o Estado fizeram pela educação e a instrução da classe trabalhadora. Por sorte, as condições em que vive esta classe asseguram-lhe uma formação prática, que não só substitui toda a incoerência escolar, mas ainda neutraliza o efeito pernicioso das idéias religiosas confusas de que está revestido o ensino – e é isto mesmo que coloca os operários à frente do movimento de toda a Inglaterra. A miséria não ensina apenas o homem a orar, mas ainda muito mais: a pensar e a agir (MARX & ENGELS. Crítica da Educação e do Ensino, p. 69).

Marx argumenta que é da natureza do homem produzir objetos nos quais ele se reflete, porém esses objetos lhe são tomados pela lógica da produção vigente. Ele é incapaz de ser dono do produto de seu trabalho, e se torna estranho à sua própria criação, que o enfrenta como algo hostil e alheio. Essa alienação do homem e seu produto também implicam a sua alienação em relação aos outros homens. A precondição da existência é o trabalho, mas no capitalismo o próprio trabalho transformou-se numa mercadoria:

É assim que os operários são postos à parte e desprezados pela classe no poder no plano moral, como o são nos planos físico e intelectual. O

único interesse que ainda se tem por eles manifesta-se pela lei, que lhes deita a mão assim que se aproximam demasiado da burguesia; tal como para com os animais despidos de razão, só se utiliza com eles um único meio de educação: o chicote, a força brutal que não convence, mas que só intimida (Marx, 1979, p. 71).

Professores e alunos, no interior da ordem capitalista, são considerados em termos daquilo que podem produzir, e, portanto, as produções consideradas como valiosas são aquelas que podem ser avaliadas com facilidade. Muitos alunos sofrem as pressões das notas, pontos, exames, qualificações. O processo envolvido na atribuição de notas e avaliação influencia também os professores, afetando suas relações, a maneira pela qual lecionam e o próprio currículo. Os professores podem ser considerados ao mesmo tempo como trabalhadores e como mercadorias em produção. Dentro da escola, o aluno tem também um potencial de trabalho. Ao trocar o produto de seu trabalho por objetos na forma de pontos, notas, ou diplomas e certificados, podemos compará-los aos salários, ou recompensa.

A atividade dos alunos na escola, portanto, é uma relação e expressão da atividade na sociedade. Como outros trabalhadores, o aluno tem necessidade de objetos para realizar seus poderes, mas não dispõe da oportunidade de adquirir esses objetos. Nesse processo, os alunos são transformados em produtos ou mercadorias a serem vendidas no mercado. Os alunos são categorizados apenas em termos de certas características que os estudantes ideais devem ter: interesse, disciplina, capacidade, inteligência:

Uma sociedade, cuja condição sine qua non é reproduzir num pólo a miséria e no outro a riqueza, produz forçosamente também, dum lado, a civilização e, do outro, a bestialidade: «Segundo Storch, o médico «produz» a saúde (mas também as doenças), os professores e os escritores as luzes mas também o obscurantismo (idem, p. 11).

A divisão do trabalho, no interior da produção capitalista, deu-se ao separar o trabalho manual do trabalho intelectual, implicando todas as suas contradições, como o acesso ao trabalho assalariado, tempo livre e a um tipo de educação.

Uma outra conseqüência do capitalismo é separar a arte da técnica, abstraindo-a cada vez mais da produção coletiva, para dela fazer uma questão individual. Carece então de todos os meios materiais: praticada em amadorismo, mergulha no esquecimento ou na insignificância; tornada venal sucumbe às negociatas burguesas (idem, p.19).

O produto do trabalhador, o conhecimento, é, com freqüência estranho aos estudantes, que não o podem usar, é, com freqüência demasiado limitado, especializado, não relacionado, abstrato. O aluno não tem controle sobre o que ele faz, ou o que é feito do produto. O "conhecimento" cresce em poder na medida em que os alunos gastam o que dele dispõem, e até adquire qualidades, devidamente modificadas, que o estudante perde. Os alunos podem perder confiança e se considerarem como simples "apêndices" de seus produtos. Assim, gradualmente, o "conhecimento" começa a controlar os produtores. A propriedade privada é a expressão material do trabalho alienado:

É por isso que Marx e Engels estigmatizam de forma mais categórica as manifestações intelectuais do que as formas econômicas e mesmo

políticas das sociedades de classes: o proletariado deve agir ainda nas condições materiais da sociedade onde vive e produz, utilizando meios políticos, quando só dispõe de seu das suas idéias e dos seus princípios, nascidos do seu meio material de vida e de produção, para orientar a evolução social no sentido dos interesses socialistas – de classe em primeiro lugar, portanto ainda políticos, sem classe em seguida. Nestas condições, o marxismo origina primeiramente uma luta de idéias, e é neste domínio ideológico que se delimita em primeiro lugar, e mais radicalmente, em relação às formas de pensamento da burguesia e das classes dominantes que a precederam (idem, p. 21-22).

No trabalho alienado, o produto do Homem existe fora dele, independentemente, como alguma coisa alheia a ele e que se torna um poder em si mesmo, que o enfrenta. O aluno não tem controle sobre o que ele faz, ou o que é feito do produto. O "conhecimento" cresce em poder na medida em que os alunos gastam o que dele dispõem, e até adquire qualidades, devidamente modificadas, que o estudante perde. Os alunos podem perder confiança e se considerarem como simples "apêndices" de seus produtos; assim, gradualmente, o "conhecimento" começa a controlar os produtores. A propriedade privada é a expressão material do trabalho alienado.

O cerne da crítica à educação burguesa, parti da alienação do processo de produção e da fragmentação da atividade do homem e do estranhamento do próprio homem.

Diferente da concepção da economia política clássica, o capitalismo, segundo Marx, não consiste em uma coisa, um conjunto de máquinas, equipamentos ou terras, mas é uma relação social constituída historicamente, caracterizada pela compra e venda da força de trabalho, uma relação entre proprietários dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho. O homem tornou-se uma mercadoria: A máquina adapta-se à fraqueza do homem para fazê-lo uma máquina (idem, p. 151).

Na sociedade da mercadoria, o trabalho é coercivo não devido à sua natureza, mas devido às condições históricas sob as quais é realizado. Nas condições da economia capitalista, a troca de mercadorias consiste no fenômeno mais banal e elementar, cuja produção é realizada em circunstâncias tão alienadoras que o trabalho e a atividade criativa do homem torna-se um processo de desumanização. Para Kosik (p. 78), o homem vive constantemente entre a autenticidade e a não-autenticidade, devendo haver cotidianamente um esforço intelectual para libertar-se de uma existência que não lhe pertence, mas que lhe é imposta pelas relações de produção.

Historicamente, as limitações intelectuais, da classe operária, foram impostas pelas condições do trabalho industrial, exigindo um componente subversivo para que o trabalhador, no interior das contradições da ordem burguesa, alcance sua consciência:

O desenvolvimento intelectual de classe é a consequência direta da situação econômica do operário, e esta é das mais complexas, porque evolui nas contradições, nos altos e baixos dos ciclos de crise e de prosperidade, com fases revolucionárias ou contra-revolucionárias. O marxismo afirma, todavia que «a grande indústria faz amadurecer as contradições e antagonismos da forma capitalista do processo de produção, ou seja, ao mesmo tempo em que os elementos, de formação e

de consciência, os elementos subversivos da velha sociedade (idem, p. 34).

A educação burguesa ignora a sensibilidade do aluno, interessada exclusivamente pela suas capacidade de produção, impondo a ela uma concepção do trabalho produtivo:

Quando Marx afirma que a educação deve partir da prática e da sensibilidade própria da criança, «os sentidos práticos, e sobretudo o nariz e a boca, sendo os primeiros órgãos com os quais a criança julga o mundo», não faz mais do que retomar a crítica de Fourier a qualquer ensino da «civilização»: «A escola-coloca a teoria antes da prática. Todos os sistemas civilizados caem neste erro: não sabendo seduzir a criança para o trabalho, são obrigados a deixá-la em férias até aos 6 ou 7 anos, idade que ela deveria ter utilizado para se tornar um hábil prático; depois, aos 7 anos, querem iniciá-la na teoria, nos estudos, em conhecimentos cujo desejo ninguém nela despertou.(idem, p.37).

No interior da sociedade capitalista a burocracia tornou-se instrumento de dominação das classes exploradas, em que o pensar e o decidir são privilégios de um grupo. A burocracia visa controlar o trabalho e as formas de pensar, cuja característica principal é o segredo, o mistério como uma atividade fechada. Idolatra a autoridade e exalta regras rígidas, conservando tradições. A abertura de espírito ou das mentalidades em relação ao Estado aparece conseqüentemente como uma traição deste mistério, apesar de a autoridade se tornar o princípio do seu saber, e a idolatria da autoridade ser o seu espírito. Nesta passagem, verificamos a crítica de Marx as origens da escola burguesa, em seu aspecto economicista da educação e do indivíduo:

Muitos rapazes que freqüentaram a escola durante as 150 horas prescritas, encontram-se exactamente no mesmo estado, ao cabo de 6 meses da sua estadia na fábrica, do que no ponto de partida; esqueceram naturalmente tudo o que tinham aprendido antes. Noutras empresas de estampagem sobre algodão, a freqüência da escola depende totalmente das exigências do trabalho na empresa. O número de horas obrigatórias é aí satisfeito em cada período de 6 meses por prestações de 3 a 4 horas de cada vez, disseminadas por todo o semestre. A criança, por exemplo, vai à escola um dia das 8 às 11 da manhã, outro dia da 1 às 4 da tarde, depois durante toda uma série de dias para aí voltar em seguida das 3 às 6 horas da tarde durante 3 ou 4 dias seguidos ou durante uma semana. Desaparece de novo três semanas ou um mês, depois volta durante algumas horas em certos dias de folga, quando por acaso o patrão não precisa dela. A criança passa assim da escola para a fábrica e da fábrica para a escola, até que se atinja o total das 150 horas (MARX, 2002, p. 68).

Neste processo, o homem é alienado da natureza, de si mesmo e da humanidade, e que esses aspectos estão relacionados entre si, em que o trabalho se torna não a satisfação de uma necessidade, mas apenas o *meio* para a satisfação de outras necessidades, que não lhe pertence. A vida do trabalhador se torna, para ele, apenas o meio que lhe permite existir. Em outros termos, o sujeito humano se torna o objeto de seus próprios produtos. Visto a essa luz, o capital é o ego alienado do homem. Marx acusa a economia política de ser a ciência da riqueza, da renúncia, da privação do ar puro, “[...] comer, beber, comprar livros, ir ao teatro, ou al baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc”. (idem , p.151-152).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a questão educacional em Marx, é considerada a partir de sua produção material, ao expor as conseqüências sociais decorrentes do emprego da maquinaria no processo produtivo. A fragilização física e intelectual do trabalhador frente ao capital, é um dos seus principais efeitos, sobretudo a partir do processo de divisão do trabalho imposto pela máquina. A incorporação de mulheres e crianças à produção, a precarização das condições de trabalho, dos salários, causada pela grande oferta de força de trabalho, produziu um quadro de miséria material e moral para os trabalhadores. O homem, não sendo o fim da economia burguesa, torna-se instrumento de produção, tratado como máquina, submetido às relações sociais opressoras, alienando a verdadeira necessidade humana. Nesta perspectiva, a escola, enquanto espaço de vivência, ainda está longe de se tornar um espaço de humanização. No campo educacional, o professor também é um trabalhador comum, e seus alunos na lógica capitalista acabam sendo transformados em mero produto capitalista. Muitas vezes o professor não é apenas um produtor, mas também um empregado daqueles que desejam *reproduzir* a sociedade, isto é seu *status quo*.

Finalmente, cabe lembrar que alguns professores se consideram como membros da classe socialmente privilegiada, por outro lado, mesmo os professores que se consideram como proletários podem envolver-se em ações que são contrárias aos seus interesses, como resultado do processo de alienação que este está sendo submetido, tornando o profissional da educação estranho a si mesmo, aos outros indivíduos, aquilo que produz e ao ambiente em que vive. Talvez seja devido a esse tipo de contradições que a situação de sala de aula é vista, com freqüência, como espaço de tensão e conflito, pois nem sempre os problemas e desafios que habitam o universo do aluno, são os mesmos que habitam o universo dos professores.

Notas

ⁱ Mestre em Educação/UEM. Doutorando em História e Filosofia da Educação/UNICAMP. Membro do Grupo de pesquisa HISTEDBR, GT-Cascavel. Professor do Colegiado de Pedagogia, UNIOESTE, Cascavel, Pr. Endereço: Rua Romário Martins, 654, Bairro Pioneiros Catarinenses CEP: 85805-410. Fone: (45) 3326-8853 - E-mail: jcsilva@unioeste.br

ⁱⁱ Esta obra consiste nos primeiros estudos, das análises pré-marxistas, que antecederam e sustentaram a elaboração da obra *O Capital* e retoma passagens economia política clássica, particularmente de Adam Smith e David Ricardo. Sobre isso ver D. McLELLAN. A concepção materialista da história. In. HOBBSAWM, Eric J. **História do Marxismo** V. 1: O marxismo no tempo de Marx.

ⁱⁱⁱ As formulações dos Manuscritos tiveram importantes subsídios dos estudos de Engels em *A Situação da Classe Operária na Inglaterra em 1844*, obra em que descreve os efeitos do trabalho na indústria, no trabalhador. Marx problematiza a propriedade privada. Para ele a economia clássica não aprofundou suficientemente os estudos sobre sua origem, devendo ser, segundo Marx, ponto de partida de todas as outras análises. Os manuscritos são um rigoroso exame das teses da economia política, sendo seu encontro com economia Política ao desmistificar as teses da economia clássica, ao considerar a mercadoria como a célula econômica da sociedade burguesa, cuja tese, foi melhor detalhada no volume 1 do livro *O Capital*.

^{iv} Tal fenômeno pode ser observado hoje em dia, como por exemplo, a segmentação cada vez maior da produção e a alienação ligada a esta, cuja relação é ditada pelas regras do mercado, e não da própria

produção comandada por qualquer inteligência humana. Além disso, na medida em que o "capitalismo" cria tecnologias que ampliam a segmentação da produção, mais e mais cada homem se desconecta do que faz na vida cotidiana, se torna alienado do que produz e, portanto, alienado de si mesmo, alienado do que é, ou seja, não se reconhece como um trabalhador que, utilizando sua inteligência e criatividade, produziu algo. Transformado em mercadoria, o produto torna-se mais importante do que o homem que a criou. Estamos então diante do fetiche da mercadoria ganhando vida e importância na sociedade. Diante deste fenômeno, o homem não significa nada perante a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, F. (Org.) **Marx & Engels: história**. São Paulo: Ática, 1989. 496p.

D. McLELLAN. A concepção materialista da história. In: HOBBSAWM, Eric J. História do Marxismo: **O marxismo no tempo de Marx**. PP. 67-89 V. 1: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 443p.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 230p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198p.

_____ **O capital**. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985. 289p.

_____ **Para a crítica da economia política do capital: o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores). 351p.

_____ **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978. 255p.

SMITH, A. **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. 1 São Paulo: Nova Cultural, 1985.415p.